

## **O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO PAULISTA: O QUE DIZEM OS EDUCADORES?**

Nonato Assis de Miranda – Universidade Municipal de São Caetano do Sul / UNIP –  
Brasil.

[mirandanonato@uol.com.br](mailto:mirandanonato@uol.com.br)

André dos Anjos C. Silva – Universidade Paulista - Brasil.

[andre\\_anjos@yahoo.com.br](mailto:andre_anjos@yahoo.com.br)

### **Introdução**

O objetivo deste texto é discutir o processo de elaboração do Novo Currículo Paulista (NCP) – educação infantil e ensino fundamental – na perspectiva documental e de um grupo de educadores da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc) e de suas escolas. O estudo original articulou discussões sobre concepções de currículo, elaboração curricular e políticas curriculares.

Foram entrevistados gestores educacionais e escolares que estiveram envolvidos no processo de elaboração do NCP. As materialidades empíricas (registro das narrativas gravadas e transcritas) foram examinadas por meio da Análise de Prosa (ANDRÉ, 1983). Buscamos compreender as concepções dos gestores acerca do processo de elaboração do NCP diante de uma agenda de trabalho aligeirada em face de contextos políticos marcados por incertezas e pressões decorrentes de deliberações previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acerca da elaboração de novos currículos em âmbito nacional.

### **Percurso da elaboração do novo currículo paulista**

O percurso de elaboração do currículo paulista tem como base uma linha de tempo que consta do próprio currículo, assim como a análise de um documento utilizado para formação de profissionais da Seduc intitulado *Implementação do currículo paulista*. Portanto, são informações lineares que não trazem elementos mais detalhados para análise, permitindo apenas inferências.

Em linhas gerais, em fevereiro de 2018, a Seduc definiu a estrutura de governança que deu sustentação ao processo de elaboração curricular e organizou a agenda para iniciar os trabalhos. O Governo Paulista adotou um percurso similar ao

utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) por ocasião da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no processo de construção do NCP.

Em março de 2018 foi definido o “dia D da BNCC” nas escolas. A ideia era que gestores, professores coordenadores e professores conhecessem os princípios e fins da BNCC, em especial, as dez competências gerais (FRANGELLA, 2021). Esse dia não foi estabelecido pela Seduc, foi uma determinação do Ministério da Educação (MEC) que no dia 06 de março de 2018 ocorressem discussões sobre a BNCC em todas as escolas públicas do Brasil. Esse evento movimentou as escolas, assim como gerou muitas críticas em razão da imposição da suposta necessidade do debate. A ideia era que esse dia se constituísse no ponto de partida para a proposição de debates com o intuito de promover a mobilização e o engajamento de profissionais e educadores das redes de ensino municipal, estadual, bem como as escolas da iniciativa privada.

No período de abril a julho de 2018, a Seduc elaborou a primeira versão do currículo que serviu de referência para realizar uma consulta pública. Em razão de ter havido um acordo de cooperação entre a Seduc e 612 municípios paulista, a elaboração do NCP contou também com a participação de representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de São Paulo (UNDIME-SP). Na perspectiva da Seduc, em razão desse esforço conjunto:

A primeira versão, resultante da leitura analítica das proposições da BNCC e do cotejamento dessas propostas com documentos curriculares das diferentes Redes Municipais, da Rede Privada e da Rede Estadual, foi disponibilizada para Consulta Pública, com base em formulário online, no período de 12/09 a 05/10/2018 (SÃO PAULO, 2019, p.4).

Esse período de consulta foi caracterizado pela Seduc como percurso formativo, pois nos meses de agosto de setembro de 2018, foram realizadas várias ações formativas nas 91 Diretorias Regionais de Ensino (DRE) do Estado de São Paulo com a intenção de apropriação da primeira versão, assim como para fazer sugestões de mudanças. Para tanto, em tese, as DRE e as escolas criariam espaços para que educadores, alunos, pais e população em geral pudessem participar da consulta pública *on-line*.

Essa participação foi direcionada, as DRE receberam uma planilha que trazia as habilidades, as competências da BNCC e as habilidades e competências propostas pelo currículo paulista. As habilidades e competências da BNCC e do NCP eram basicamente iguais. Modificações até eram permitidas, mas desde que houvesse uma

justificativa coerente e a uma proposta de substituição. Se a intenção foi dificultar a participação dos professores, não deu certo, pois o número de contribuições foi bastante expressivo.

No mês de outubro, as DRE organizaram seminários que contaram com a participação de professores das escolas sob sua jurisdição, diretores e supervisores de ensino. Paralelamente, a Seduc e a Undime deram sequência aos trabalhos de elaboração da versão dois do currículo e, no mês de novembro de 2018, fizeram a sistematização dos resultados da consulta pública e elaboração da versão três.

A versão dois do currículo paulista “foi discutida em 82 seminários regionais, que contaram com a participação de 29.786 professores e gestores educacionais, representantes das redes pública e privada de 611 municípios paulistas”. Como resultado, foram enviadas, por parte dos participantes, propostas de novas habilidades, assim como alterações, revisões ou até mesmo exclusões de habilidades nos diferentes componentes curriculares tanto da educação infantil quanto do ensino fundamental (SÃO PAULO, 2019, p. 24).

Em dezembro de 2018, a Seduc encaminhou ao CEE a versão final do currículo para análise e homologação. A princípio, a Seduc entendeu que os trabalhos estavam finalizados, mas o texto, após análise desse colegiado, foi devolvido para Seduc para inserção de acréscimos. No período de janeiro a junho de 2019, foram feitas adequações no documento original do NCP a partir de cotejos de ajustes do CEE.

Foram orientações de caráter pedagógico, teórico e organizacional que buscaram conferir ao currículo características similares aos documentos anteriores, em especial, ao currículo homologado em 2008 conhecido como São Paulo Faz Escola (SPFE). De certo modo, essas orientações agregaram ao NCP razão pela qual foram totalmente acatadas e inseridas no texto final do currículo.

No mês de julho de 2019, a Seduc dedicou-se à construção de materiais de apoio à implementação do currículo que foi homologado, em agosto de 2019, pelo CEE. A partir de setembro de 2018, iniciaram as atividades de formação do currículo paulista, mas elas se estenderam até 2019. Em geral, essas atividades ocorreram por meio de atividades de formação, em nível central por meio de um representante da Supervisão de Ensino e outro do Núcleo Pedagógico. Em nível local, esses profissionais multiplicaram

as ações formativas recebidas com todos os professores coordenadores e diretores das escolas das 91 DRE, valendo-se dos recursos tecnológicos da educação a distância.

Ao analisar o NCP, ficou subentendido que sua elaboração foi democrática, que pelo menos uma parcela significativa dos educadores participou desse processo. Com as devidas ressalvas, esse ponto de vista foi ratificado pelos participantes, conforme segue: [...] *a participação que, pelo menos eu tive, foi junto com os professores naqueles desenvolvimentos que eles faziam, as questões em relação às habilidades, ao currículo e à formação, à elaboração do currículo* (PC EMÍLIA). O Supervisor de Ensino Alex complementou essa fala dizendo:

*Eu participei apoiando o Núcleo Pedagógico. Porque eu sou da oficina pedagógica, e ali a PCNP que é dos anos iniciais participou efetivamente dessa construção de material trazendo para a Diretoria e sempre dividia comigo o que estava acontecendo. Então, eu tive esse conhecimento através da PCNP. Ela conversava com os coordenadores do ciclo I, para poder implementar e pegar do mesmo esquema que falou a Maria Emília. (SUPERVISOR DE ENSINO ALEX)*

Durante a fala de Alex, o PC Luís pediu a palavra e fez a seguinte observação: *“A Norte 1 convocou alguns professores e coordenadores também para participarem. Na época, ainda o currículo paulista estava naquela versão zero, se eu não me engano esse era o termo que a gente usava.”* (PC LUÍS).

Para esse PC, houve participação por meio de oficinas tanto sobre a BNCC quanto acerca da elaboração do NCP. Ele destacou que inicialmente era a versão zero que permitiu sofrer pequenos ajustes a partir de sugestões dos professores e demais educadores. Ele colocou que a DRE Norte 1 *“ficou bem empenhada neste processo de discussão”*, mas ao acrescentar que esse comprometimento era também para *“mandar algumas demandas para a Secretaria”*, mas parece que a participação foi outorgada e não livre. Por sua vez, a PCNP Maura afirmou que os professores e demais educadores não tiveram uma participação efetiva na elaboração do NCP, pois *“o material veio praticamente fechado”* não permitindo grandes mudanças.

## **Considerações finais**

Em relação à elaboração do NCP, houve consulta pública, os participantes falando por si consideram que foi um processo democrático. Contudo, é importante salientar que, a despeito de as versões preliminares do currículo permitirem eventuais ajustes, as adaptações foram muito sutis tendo em vista que, basicamente, o que foi possível alterar foram os desdobramentos de algumas habilidades ou o enxugamento de outras para facilitar o trabalho do professor, mas mudanças significativas no NCP não puderam ser realizadas.

### **Referências**

ANDRÉ, Marli. Textos, contextos e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 45, p. 66-71, maio, 1983.

FRANGELLA, Rita. O que se disputa na/com a base nacional comum curricular? **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n.1, p. 1-16, 2021.

SÃO PAULO. **Currículo paulista**. São Paulo, 2019. Disponível em: [http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/curriculo\\_paulista\\_26\\_07\\_2019.pdf](http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/curriculo_paulista_26_07_2019.pdf). Acesso em: 06 abr. 2020.